

FERNANDO PEREIRA LIMA

**EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BUSCANDO
EQÜIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE GÊNEROS**

**Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura em
Educação Física, do Departamento de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
da Universidade Federal do Paraná.
Orientadora Profª Dra. Maria Regina Ferreira da
Costa**

Dedicado a todos e todas... Mas principalmente aqueles e aquelas que lutam e sonham por um mundo diferente, onde todos e todas tenham os mesmos direitos não só no papel, mas também na prática...

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

... a minha esposa Carla, por compreender minha tensão durante a construção desta monografia, e por contribuir na minha compreensão dos papéis masculinos e femininos...

... ao meu bebê Vitor Leonardo (o qual não nasceu até o momento de conclusão deste trabalho), pelos “chutes” de incentivo nos momentos em que o desespero estava praticamente me tomando...

... a meu pai e minha mãe, Domingos e Maria José, exemplos de luta, assim como a meus irmãos, Edimar e Umberto, por me incentivar na luta por meus ideais...

... ao movimento estudantil, em especial as pessoas do Centro Acadêmico de Educação Física da UFPR (em especial ao Luis Gustavo, Gislaine Ribas, Gislaine Franco, Andressa, Emyly, Melina, Gabriel, Carol, Milena, Camila, Laércio, Pedro “Tocha”, Nayara, entre outros/as não menos importantes), por contribuir em minha formação...

... a minha orientadora, professora Maria Regina Ferreira da Costa, por além de contribuir na construção deste trabalho, soube compreender minhas dificuldades e limitações...

... ao professor Rogério Goulart da Silva, por contribuir com minha visão sobre diversas problemáticas em relação à Educação Física, Educação, etc..

... ao professor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, que me colocou em xeque diversas vezes, me fazendo desconstruir e reconstruir vários conceitos...

...a Deus por me manter no caminho em busca por justiça social...

Enfim, agradeço a todos e todas que colaboraram nesta caminhada...

O educador que se nega no plano ideológico e político, se nega também como educador.

Florestan Fernandes

SUMÁRIO

RESUMO	vi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA	3
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	5
1.3 PERGUNTAS NORTEADORAS	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1 GÊNERO: UMA CATEGORIA RELACIONAL E PLURAL	7
2.1.1 Gênero x Sexo	7
2.1.2 História e o Patriarcado	11
2.1.3 Masculino x Feminino, Mulher e trabalho	14
2.2 EDUCAÇÃO	16
2.2.1 Educação de Jovens e Adultos	16
2.2.2 Educação Física	19
2.2.3 Educação Sexista e Não-sexista	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES	24
REFERÊNCIAS	27

RESUMO

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: BUSCANDO EQÜIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE GÊNEROS

Este estudo teve como finalidade discutir a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos na busca de eqüidade nas relações entre gêneros: entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens. A relação entre homens e mulheres foi o enfoque principal, sendo o recorte deste trabalho. Para tanto realizamos uma pesquisa bibliográfica partindo dos conceitos gênero e patriarcado que interferem no pensamento androcêntrico. Fizemos uma análise da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Física desde a perspectiva da eqüidade de gênero. Utilizamos como referencial teórico: na Educação de Jovem e Adultos Paulo Freire (1987), Tânia Moura (2006); Marta Oliveira (2001); sexo/gênero Guacira Lopes Louro (2004), Maria Regina da Costa (2001, 2005, 2007) e Anthony Giddens (2005); patriarcado Kunzle (2007), Sylvia Walby (1990, citada por GIDDENS, 2005) e Rose Muraro (1997); e na Educação Física o Coletivo de Autores (1992) e Valter Bracht (1992). Acreditamos que a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos pode contribuir na busca pela eqüidade entre os gêneros. O/a educador/a tem a possibilidade de trabalhar esta temática superando o caráter sexista presente no espaço escolar. O/A educador/a deve estar atento a sua prática, pois seu discurso não pode se distanciar da prática. Trabalhar a partir da concepção da Pedagogia Crítico Superadora pode ser um início para o/a educador/a que tem como visão de mundo, a transformação e reconstrução desta sociedade, tornando-a mais justa e igualitária em relação a os direitos entre gêneros.

Palavras chaves: Educação Física; Gênero; Educação de Jovens e Adultos.

1. INTRODUÇÃO

Vemos na Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Título II, Capítulo I que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos o seguinte texto:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (...). (BRASIL, 2002, p. 06)

Mas será que esta igualdade¹ de direitos e obrigações é assegurada na prática? Acompanhamos no nosso dia-a-dia vários exemplos de preconceitos em relação a gênero. Se a igualdade de direitos realmente existisse fora do papel, não seria necessária a existência de Delegacias da Mulher para crimes contra o sexo feminino, de leis que assegurassem uma porcentagem mínima de participação de mulheres em partidos políticos ou da criação de uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) no Governo Federal, entre outras coisas. O Estado acaba tendo que intervir com novas políticas, para com isso garantir representatividade e segurança para as mulheres, apesar da lei máxima nacional garantir, no papel, os mesmos direitos para ambos os sexos.

E na escola? Existe desigualdade nas relações entre gêneros²? Como é trabalhada essa temática? As relações entre gêneros estão presentes em todas as disciplinas e em todas as modalidades e níveis de ensino, sendo necessário um estudo aprofundado para dar conta de responder tais questionamentos. O que

¹ A teoria da igualdade entre os sexos não permite a recriação do sexo feminino. Como defende Rivera Garretas (1997, p. 36): "a teoria da igualdade dos sexos não dá lugar a diferença sexual de um mundo visto desde o regime de dois a um mundo visto desde a perspectiva única." A perspectiva única fecha os espaços de expressão das formas femininas e masculinas, em que se mostra sempre e somente, a identidade humana de ver o mundo.

² Relações de gênero: relação entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres. Os estudos de gênero procuram mostrar que as referências culturais são sexualmente produzidas, por símbolos, jogos de significação, cruzamento de conceitos e relações de poder, economia, política.

queremos é, a partir do recorte proposto neste trabalho, contribuir na busca pela equidade entre gêneros. A Educação Física na Educação de Jovens e Adultos pode ter um papel importante neste sentido, já que os corpos estão em constante relação, ao se tocarem, interagirem entre si e se relacionarem com o ambiente. Jocimar Daólio (1995) afirma que no corpo estão inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca.

Núria Pérez de Lara (1996) lembra que os discursos sobre igualdade de oportunidades no discurso sexo/gênero esquecem da hegemonia do discurso disciplinar androcêntrico, e da estrutura hierárquica patriarcal das instituições do sistema educativo. Frente ao discurso da igualdade apresentam-se discursos que colocam o acento no valor da diferença genérica, cultural ou de capacidades; trata-se da afirmação de identidades diferenciais que não querem ver-se dissolvidas nesta generalização de “todos iguais³, todos diferentes”, que em última análise nega suas reais possibilidades de desenvolvimento.

Com isso ressalto que a mulher que frequenta a Educação de Jovens e Adultos já está a algum tempo exposta a dinâmica sexista da sociedade (através das relações familiares, sociais, profissionais, culturais, etc.), sendo possível, a partir disto, desenvolver uma reflexão e conscientização da condição desta mulher-oprimida. Não buscamos, com este trabalho, uma superação onde oprimido torne-se opressor e vice versa. Compartilhamos da idéia de Paulo Freire que diz que a luta pela superação da condição de oprimido

somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade (...) não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de

³ Albert Jacquard (1988, p. 25) afirma que: “com a exceção dos “gêmeos” verdadeiros que nasceram do mesmo ovo, cada um de nós é único e excepcional”.

ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar a si e aos opressores. (1987, p. 30)

Entendemos oprimidos/as, neste estudo, como sendo aqueles/as que sofrem com as desigualdades de direitos nas relações entre gêneros e, opressores/as aqueles/as que geram os preconceitos destas desigualdades. Importante deixar registrado que tanto oprimidos/as quanto opressores/as podem não estar conscientes do papel que desempenha nesta condição e que não é somente a mulher que é oprimida e que o homem é o opressor. A mulher também pode gerar a opressão e o homem pode sofrer esta opressão nas relações entre gêneros, o que há nessa condição é uma guerra entre os sexos. Mas, neste recorte, abordamos a opressão da mulher, por esta ser a mais amplamente encontrada na sociedade sexista.

Pensando nisto, afirmamos que é papel do/a educador/a entender o porquê da falta de equidade entre os gêneros, pois isto se faz necessário na luta por uma sociedade diferente, onde mulheres e homens tenham os mesmos direitos nas relações familiares, sociais, culturais, profissionais, etc.

Assim, o presente estudo foi desenvolvido através de uma revisão de literatura, onde inicialmente tratamos do conceito de gênero, sexo e patriarcado. Na seqüência discuto a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Física na perspectiva da cultura corporal.

1.1 JUSTIFICATIVA

Vários são os fatores que interferem no desenvolvimento de uma proposta de ensino ao ser colocada em prática: as relações entre os/as educandos/as, destes com a sociedade, a relação do/a educador/a com os/as educandos/as e a relação dos/as educandos/as com o currículo, que está conectado com o contexto vivido por

educadores/as e educandos/as. É papel do/a educador/a ser sensível às necessidades de sua turma, ficando atento às relações presentes, entre elas as relações entre gêneros. Elaine Cunha (2007, p. 04)⁴ ao falar de Educação não-sexista diz que é “necessário implementar novas idéias de valores que não reforcem a concepção de um mundo masculino superior ao feminino (...) mas que o contrário, estabeleçam condições de igualdade de oportunidades para ambos os sexos”. Faz-se necessário analisar se as relações entre gêneros não estão reforçando comportamentos excludentes, preconceituosos e sexistas, buscando realmente a formação de indivíduos conscientes na luta pela condição de igualdade de oportunidades e direitos, e acesso a estes. Este trabalho se justifica ao destacarmos que compreender as relações entre gêneros pode contribuir para “superação de preconceitos e para construção de pessoas comprometidas com a igualdade de direitos entre os sexos” (CUNHA, 2007, p. 04). Enfim, compreender esta realidade para poder transformá-la se faz necessário na busca por uma sociedade mais justa.

Consideramos importante salientar que, ao buscarmos referências para a elaboração desta monografia percebemos que a produção teórica é escassa (ou nenhuma) no que diz respeito às relações entre gênero na Educação de Jovens e Adultos, mesmo sendo a relação entre gêneros na escola um tema que vem tendo um enfoque crescente de estudos. Pesquisar as relações de gênero e buscar com a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos uma proposta de superação desta condição pode gerar subsídios importantes para educadores/as comprometidos/as com a Educação não-sexista e com a transformação desta sociedade.

⁴ Boletim Informativo 30 de Agosto da APP-Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná)

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Regina Costa e Rogério Silva, ao falarem do espaço escolar dizem que,

através do consumo de informações e destrezas, interiorizamos normas, valores e códigos de conduta que, se não são transmitidos de modo unidirecional, apresentam uma série de características comuns que favorecem a inculcação dos padrões sexistas enraizados na sociedade. (2002, p. 44)

Então, a escola ao educar, faz com que o/a educando/a assimile o que está posto na sociedade e acabe reproduzindo o padrão sexista que coloca que a mulher deve ser "(...) meiga, sensível, doce, compreensiva, emotiva, afetiva, carinhosa, medrosa (...), enquanto o homem deve ser firme, agressivo, valente, ativo, intransigente, egoísta, ambicioso, decidido, forte, autônomo, independente (...)" (COSTA; SILVA, 2002, p. 44).

Partimos da idéia de que, na escola, a aula de Educação Física é um espaço propício à exposição, relação e interação dos corpos. Nela estes corpos ficam expostos ao próximo e ao ambiente e acabam reproduzindo as dinâmicas sexistas interiorizadas da sociedade. A partir disto colocamos como problema:

Como a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos pode contribuir na busca de equidade⁵ nas relações entre gêneros?

A partir deste questionamento destacaremos algumas perguntas norteadoras do estudo.

⁵ Equidade não é um acordo entre desiguais, mas a Educação dos sexos feminino e masculino e a Educação *entre* os sexos.

1.3 PERGUNTAS NORTEADORAS

- Como sexo, gênero e patriarcado interferem no pensamento androcêntrico⁶?
- Qual o enfoque da Educação de Jovens e Adultos e a relação da eqüidade de gênero?
- Como a Educação Física pode contribuir na eqüidade de gênero na Educação de Jovens e Adultos?

⁶ “Visão de mundo baseada no gênero masculino em que a sociedade é vista apenas a partir de uma perspectiva, a masculina.” (Andréa Scheschowitsch, 2002, p. 17).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GÊNERO: UMA CATEGORIA RELACIONAL E PLURAL

2.1.1 Gênero x Sexo

Entender a origem e o significado do termo gênero se torna importante para podermos ter uma melhor compreensão deste trabalho, principalmente pelo fato de o termo “gênero”, ao contrario do termo “sexo”, romper com o aspecto meramente biológico.

O conceito de gênero começou a ser utilizado pelas feministas para se referir à organização social da relação entre os sexos. O termo foi inicialmente empregado pelas feministas americanas com o objetivo de salientar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. De acordo com Joan Scott citada por Guacira Louro

seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (...). (2004, p. 75)

O termo gênero foi empreendido pelas feministas contemporâneas para reivindicar um terreno de definição, denunciar a incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens, enfatizando as construções culturais e a criação social sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. No entanto, apesar de haver uma relação entre sexo e os “papéis sexuais”, a utilização de gênero pode incluir o sexo, mas não é determinado por ele e nem determina diretamente a sexualidade.

Pesquisadores/as restringem o uso de gênero ao sistema de parentesco, isto é, centrando-se no lar e na família como a base da organização social. Porém,

devemos ter em mente que o gênero é construído além do parentesco, na economia e na organização política (que em nossa sociedade operam atualmente de maneira independente do parentesco). Neste contexto, é indispensável à inclusão do mercado de trabalho sexualmente segregado, da Educação e do sistema político.

A formulação de teorias de gênero tratou da transformação dos paradigmas disciplinares e um exame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico. O gênero precisava ser desenvolvido como uma categoria analítica para a inclusão das experiências das mulheres na história, existindo uma analogia entre gênero, classe e raça, categorias essenciais para a história dos/as oprimidos/as.

Daí a importância da identidade⁷ subjetiva do gênero e de examinarmos as formas pelas quais as identidades generificadas são construídas, relacionando-as com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas. Todos estes aspectos podem ser remetidos em relação à classe, raça, etnia ou qualquer processo social, pois devemos analisar os efeitos do gênero nas relações sociais e institucionais.

Selma Schons (2004, p. 07) diz que “cada vez mais o conceito de gênero vem sendo discutido (...). Ele serve para explicar o comportamento de mulheres e homens em nossa sociedade”. Estudar as relações entre homens e mulheres tem sido muito usual nos últimos tempos. Estudos e reportagens comparando o feminino e o masculino, tanto em seus aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais, tentam explicar o porquê das diferenças entre os sexos. Reportagens divulgadas na mídia como a da Revista Época na Escola⁸ – que tratam do funcionamento do

⁷ A identidade se modifica durante a nossa existência por diferentes fenômenos e distintas pertinências que envolvem o itinerário de cada um de nós homens e mulheres.

⁸ Edição nº. 03 de Agosto de 2006. Esta revista seleciona matérias da Revista Época, da Editora Globo.

cérebro feminino e do masculino – e da Revista Sala de Aula⁹ – referente a uma jornalista dos Estados Unidos que se disfarçou de homem para investigar o sexo oposto – vêm de encontro a essa idéia, que é a de tentar entender as relações entre homens e mulheres, ou como é ser homem ou mulher nessa sociedade. Para a Educação (incluindo aqui todas as áreas de conhecimento, como a Educação Física) é importante estar atento a estes estudos, principalmente em relação a que conhecimento quer divulgar. Isso quer dizer que, nessas comparações pode estar implícita uma idéia de naturalizar o ser homem e o ser mulher. Spender (citado por STEPHEN BALL, 1994, p. 44) relata que “(...) as mulheres foram excluídas como produtoras de conhecimento e sujeitos do conhecimento porque os homens fizeram do seu próprio conhecimento e de seu próprio sexo os representantes da humanidade.” Que é o que nos diz Joan Scott (citada por GUACIRA LOURO, 2004, p. 75) quando afirma que “o gênero torna-se implicado na concepção e construção do próprio saber(...)”.

As diferenças entre homens e mulheres rompem com o lado biológico da estrutura anatômica e fisiológica do ser humano. Para entender melhor esta questão se faz necessário distinguir gênero de sexo. Anthony Giddens (2005, p. 102) diz que em geral, a sociologia usa o termo sexo “para se referir às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e feminino” e gênero para o que “diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres”.

Para este autor

gênero está ligado às noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade; não é necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo. A distinção entre sexo e gênero é fundamental, já que muitas diferenças entre homens e mulheres não são de origem biológica. (2005, p. 102-103)

⁹ Edição nº. 02 de Julho de 2006. Esta revista seleciona matérias da Revista Veja, da Editora Abril.

Regina Costa, Rogério Silva e Raphael Souza assinalam a idéia de que na diferença entre homens e mulheres

implica o fato de que (...) nascemos só homens ou mulheres (...). Homens e mulheres que não são iguais primeiramente em relação ao sexo e, com base neste primeiro aspecto fundamental, somos socializados/as de maneira completamente diferente. Cada indivíduo tem características mais ou menos afastadas do modelo e, sobretudo, experiências próprias distinguindo umas/uns das/dos outras/outros. (2005, p. 80-81)

A definição de sexo e gênero de Cláudia Vianna e Sandra Ridenti define que

sexo remete as diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e mulheres (...). Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero. (1998, p. 96)

Como não estamos discutindo aspectos físicos, anatômicos ou fisiológicos de homens e mulheres, e a partir das definições de gênero pesquisadas, adotaremos neste trabalho o conceito de gênero de Anthony Giddens, definido como uma construção social de masculinidade e feminilidade.

Gênero é um conceito social e relacional, não devemos se ater em construção de papéis masculinos e femininos que para Guacira Louro (2004, p. 24) seriam "(...) padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos (...)", ou seja, regras para suas roupas, seus modos de se portar ou de se relacionar. Assim sendo, compreendemos os sujeitos como possuindo identidades "plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias." Dessa forma, ao entender que o conceito de gênero institui a identidade do sujeito, a autora afirma que se refere a algo que sobrepassa "o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituído-o." (*idem, ibidem*).

O conceito é relacional, pois a relação é entre homens e mulheres, entre mulheres e entre homens e, é plural, pois há vários modos de ser homem e vários modos de ser mulher.

2.1.2 História e o Patriarcado

Historicamente as mulheres têm se organizado na luta contra a opressão que se deve principalmente ao patriarcado. Entender esta questão é essencial para compreensão da condição opressor-oprimida existente na sociedade.

A luta pelo reconhecimento ao papel das mulheres é antiga. Registros históricos mostram que uma organização pela conquista de direitos das mulheres aconteceu em 8 de março de 1857. Selma Schons diz que

quando 129 operárias têxteis de uma fábrica de Nova Iorque entraram em greve e ocuparam a empresa reivindicando a redução de uma carga horária de mais de 16 horas diárias pela qual, recebiam menos de um terço do salário dos homens (...) foi deflagrado um incêndio e as mulheres morreram queimadas no interior da fábrica. (2004, p. 09)

Em homenagem as operárias mortas, o dia 8 de março foi estabelecido como Dia Internacional da Mulher. Selma Schons (2004, p. 09) ainda afirma que “no início do século houve um crescimento dos movimentos feministas, movimentos que lutavam, e ainda lutam, pela garantia de direitos iguais para ambos os gêneros”.

Citamos a escola mista como um avanço advindo dos ganhos dos movimentos feministas. Mas, apesar deste avanço, o que se vê é a implantação do feminino no mundo masculino, que pode ser observado nos livros didáticos, que são predominantemente masculinos e reforçam a relativa superioridade masculina.

Esta desigualdade de direitos se deve ao patriarcado, tendo origem antiga. Segundo Maria Rosa Kunzle (2007, p. 02) o patriarcado “deita raízes na propriedade privada, na mais profunda antiguidade”. Para Anthony Giddens (2005, p. 110) a

"idéia de patriarcado foi crucial para muitas interpretações feministas da desigualdade de gênero". Sylvia Walby (1990, citada por GIDDENS, 2005, p. 110) define o patriarcado como sendo "um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres". Sylvia Walby ainda distingue duas formas diferentes de patriarcado:

O patriarcado privado é a denominação das mulheres que ocorre dentro do núcleo familiar nas mãos de um patriarca específico. É uma estratégia excludente, porque as mulheres são essencialmente privadas de tomar parte da vida pública. O patriarcado público, por outro lado, é mais coletivo na forma. As mulheres são envolvidas em domínios públicos, como a política e o mercado de trabalho, mas permanecem segregadas da herança, do poder e do *status* (*ibid.* p. 110)

Podemos reforçar a desigualdade de gênero quando "não nos posicionamos criticamente e sem maiores ponderações diante de atitudes preconceituosas". (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 101)

Rose Muraro (1997) relata que o patriarcado teve uma origem gradual e lenta com o objetivo de fazer da dominação masculina um fato "natural" e biológico. Inicialmente as sociedades possuíam laços fracos de dominação, desenvolvendo-se através de laços fortes entre mães e filhos, principalmente filhas, sendo os homens elementos periféricos e instáveis nos grupos. Os laços mais fortes que estes possuíam eram com os elementos do seu próprio sexo e os filhos homens dentro da descendência matrilinear. A maior parte dos trabalhos era realizada por mulheres (como é até hoje, tanto nas sociedades simples quanto nas complexas). Elas se responsabilizavam por seus filhos e, por extensão, pelo grupo inteiro. As mulheres proviam o alimento e os homens faziam as tarefas mais pesadas, como a caça, a pesca e a limpeza das terras aráveis. Contudo, os homens tinham mais tempo livre do que as mulheres, o que os fez desenvolver suas armas e inventar cultos específicos para o sexo masculino, dos quais excluía as mulheres.

A autora acima citada comenta que as sociedades patriarcais caracterizavam-se por um profundo medo da mulher, concretizado nos fortes tabus referentes à menstruação, à nudez ou ao parto, o que levava a um acentuado antagonismo entre os dois gêneros. Com isso, estas sociedades controlavam a reprodução e o trabalho das mulheres e, através das leis e da institucionalização, ou seja, através de ordens abstratas derivadas da palavra, principalmente da palavra escrita inventada junto com a sociedade agrária, estas violências podiam ser praticadas. Neste caso, não era o status desigual e o controle sobre as mulheres que importava, mas os conceitos que estavam na base deste controle e da supremacia masculina.

O patriarcado, com esta rede de conceitos e controles, transformou os laços afetivos existentes entre homens e mulheres, entre mães e filhos e entre as mulheres em relações de poder para sobreviver e consolidar-se.

O sistema competitivo patriarcal capitalista que fascina o mundo inteiro é um sistema polarizante, isto é, faz os ricos ficarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Esse sistema não pode viver sem vastas regiões e populações para explorar, tais como os países em desenvolvimento, onde são montados todos os esquemas em plano individual e coletivo que perpetuem essa exploração, como o preconceito cultural, econômico e os estereótipos em relação às mulheres.

Adotaremos neste trabalho o patriarcado como sendo um dos fatores de dominação, opressão e exploração das mulheres, que tem suas raízes na propriedade privada.

2.1.3 Masculino x Feminino, Mulher e Trabalho

Existe a convenção, na sociedade, do que é masculino ou feminino. Esta convenção se dá de forma sexista, refletindo a opressão do feminino. Esta opressão se reflete em diversos segmentos da sociedade, tanto social quanto economicamente. Sendo assim, a mulher tanto no ambiente doméstico familiar quanto nas suas relações profissionais não tem as mesmas oportunidades e possibilidades dos que os homens.

Na sociedade, segundo Selma Schons (2004, p. 07), “convencionou-se denominar as coisas de masculino e feminino”. Para ela convencionou-se

geralmente o masculino como sendo o maior, o mais forte, o mais importante e, conseqüentemente, com mais poder. O feminino, como menor e mais frágil, é definido como menos importante. O principal problema é que estes conceitos foram transferidos para as relações sociais e econômicas e servem de pretexto para a dominação do masculino sobre o feminino. (2004, p. 07)

Selma Schons, ao nos trazer esta convenção, aponta também que as relações de poder que emergem na dominação do masculino sobre o feminino, podem ser vistas tanto no âmbito social quanto no econômico.

O sociólogo Anthony Giddens dedica parte de seu livro *Sociologia* para discutir o conceito de gênero e as relações presentes a partir deste conceito. Ao falar sobre as mulheres e o trabalho, o autor destaca que

durante toda a história, homens e mulheres contribuíram para produzir e reproduzir o mundo social que os cerca (...). Entretanto, com o tempo, a natureza dessa parceria e a distribuição de responsabilidades dentro desta assumiu diferentes formas. (2005, p. 315)

Regina Costa e Rogério Silva falando sobre o papel de homens e mulheres na sociedade, destacam que

tradicionalmente, a mulher tem desempenhado um papel secundário na sociedade em relação ao homem que, apoiado no poder de muitas instituições, ciências e religiões mantém *status* privilegiado. A partir do século XVIII, as mulheres começaram a refletir sobre a discriminação que

sofrem, passando a compreender que as diferenças de gênero não são produtos das diferenças biológicas, mas conseqüências das estruturas sociais e culturais que enaltecem o masculino e desvalorizam o feminino (...). Somente nos últimos trinta anos que a mulher passa a conquistar alguns direitos e espaços sociais. (2002, p. 44)

Historicamente houve uma construção da superioridade do masculino sobre o feminino, do homem sobre a mulher. Esta relação de poder construída pela sociedade trouxe a idéia de que a mulher devia ficar em casa, se ocupando dos trabalhos domésticos, enquanto os homens buscavam o sustento da família trabalhando na rua. Hoje as mulheres ganharam o espaço fora de casa, mas mesmo assim são oprimidas no mercado de trabalho, ganhando em média menos que os homens, tendo menos possibilidades de promoções e crescimento em relação à escala hierárquica dentro das empresas, e tendo, como maior possibilidade de inserção nesse mercado, o trabalho doméstico, trabalho este que não é reconhecido e valorizado. As mulheres, além disso, têm muitas vezes enfrentar uma dupla ou tripla¹⁰ jornada de trabalho.

O capitalismo, com a exploração da mão-de-obra barata, busca mulheres que querem complementar a renda do marido ou que são chefes de família. Com a “diminuição da taxa de natalidade e o aumento da média de idade na qual as mulheres têm seus filhos (...) muitas (...) assumem um emprego remunerado quando jovens”. (GIDDENS, 2005, p. 316).

Michael Apple (1989, p. 123), ao falar sobre classe e patriarcado, traz a idéia de que “as jovens parecem mais marginais porque elas são freqüentemente empurradas pela dominação masculina para a periferia da atividade social”.

O mercado de trabalho tem mostrado e reproduzido desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. Destacamos a segregação ocupacional – onde homens e mulheres estão concentrados em diferentes tipos de empregos – e a

¹⁰ Trabalho fora de casa, cuidado da casa e dos/as filhos/as.

disparidade salarial – onde a média do ordenado das mulheres é menor que a dos homens – como fatores fundamentais na opressão das mulheres no mercado de trabalho.

2.2 EDUCAÇÃO

2.2.1 Educação de Jovens e Adultos

A Educação tem como objetivo, além de possibilitar aos alunos/as a apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, a função de formação social e cultural dos educandos/as. Nesta formação, a construção da identidade de gênero será fundamental para superação do sexismo. A Educação de Jovens e Adultos tem suas particularidades, assim como todos os níveis e modalidades de ensino, mas o comprometimento com a transformação da sociedade deve estar em todos os espaços de Educação

A Educação, pensada por Pierre Bourdieu (citado por ANTHONY GIDDENS, 2005, p. 413), traz o conceito de reprodução cultural, que “refere-se às formas pelas quais as escolas, juntamente com outras instituições sociais, ajudam a perpetuar desigualdades econômicas e sociais”. Anthony Giddens, ainda, traz a idéia de que na Educação,

exceto as atividades que envolvem a participação em jogos, o currículo formal das escolas não faz distinção sistemáticas entre meninos e meninas. Todavia, existem vários outros “pontos de entrada” para o desenvolvimento de diferenças de gênero na educação que incluem as expectativas dos professores, os rituais escolares e outros aspectos de um currículo oculto¹¹. (2005, p. 415)

Giddens diz então, que nos jogos (que é um elemento ou conteúdo da Educação Física) existe distinção entre meninos e meninas. Esta distinção pode acontecer em todos os níveis e modalidades de ensino, da Educação Infantil ao

¹¹ O que está implícito, isto é, não são explícitas, as suas intenções e afeta tanto alunos/as como professores/as. Por exemplo, no currículo são transmitidos estereótipos de gênero/sexualidade.

Ensino Médio, na Educação do Campo, Indígena ou de Jovens e Adultos, principalmente quando a perspectiva docente está fundamentada numa visão biológica, fisiológica e/ou motriz do homem e da mulher.

Contudo, a própria história da Educação é trabalhada no masculino genérico com sujeitos sem cor, sem classe social e gênero. Como indica Guacira Louro (2004) para adestrar corpos e almas, sem dúvida, disciplinaram e moldaram esses sujeitos, reprimiram gestos e expressões, construíram posturas, comportamentos, movimentos e produziram consciência do próprio corpo - em homens e mulheres - instituíram saberes e constituíram “verdades”.

Os estudos de Michael Foucault proporcionam uma ampla visão sobre o poder

entre cada ponto do corpo social entre um homem e uma mulher, em uma família, entre o professor e seu aluno, entre o que sabe e o que não sabe, passam relações de poder que não é a projeção pura e simples do grande poder soberano sobre os indivíduos; é mais bem um solo movediço e concreto sobre o que esse poder se incorpora as condições de possibilidade do seu funcionamento. A família até nossos dias, não é um simples reflexo ou prolongamento do poder do Estado; não é a representante do Estado a respeito das crianças, do mesmo modo que o macho não é o representante do Estado para a mulher. Para que o Estado funcione como funciona é necessário que haja do homem a mulher, ou do adulto a criança, relações de dominação bem específicas que têm sua configuração própria, e sua autonomia relativa. (1992, p. 157)

Com relação à EJA vale lembrar que Paulo Freire foi um dos grandes pensadores da Educação e da Educação de Jovens e Adultos. Suas obras são referencias no Brasil e no exterior. Para Tânia Moura a

produção de Freire enfatiza a necessidade cada vez maior da educação libertadora e do papel dos professores como agentes políticos que trabalham a consciência crítica dos trabalhadores, que assumam o papel político de desmascarar a ideologia dominante e construir, junto com os educandos, uma contra-ideologia que se oponha à ótica da excelência do capitalismo, do mercado e do lucro (...). Continua indispensável que o educador e o alfabetizador se assumam como profissionais que têm uma postura crítica diante da realidade e devem exercê-la de forma competente (...). (2006, p. 79)

Compartilhamos desta idéia, onde o educador/a tenha um papel de libertação e agente político, já que a Educação é um ato político.

A Educação de Jovens e Adultos (modalidade de ensino objeto deste trabalho) é destinada, segundo a LDB, no seu artigo 37, “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Esta falta de continuidade se deu, na maioria das vezes, pelo fato de o/a educando/a ter tido a necessidade de entrar no mercado de trabalho para contribuir financeiramente às necessidades da família. Para Marta Oliveira (2001, p. 16), esse “território da educação (...) delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea”. O adulto geralmente teve passagem curta e não sistemática pela escola, sendo trabalhador não qualificado, e o jovem não possui história de escolaridade regular. Ambos já estão há algum tempo expostos e inseridos no modelo hegemônico, predominantemente sexista. A mulher, quando inserida na Educação de Jovens e Adultos, já sofreu por muitas vezes a opressão e discriminação por sua condição na relação entre gêneros.

Importante destacar que as relações entre gêneros estão presentes em todos os espaços de Educação, tanto formais (escola) quanto informais (família, mídia, igreja, etc.).

É bom lembrar que a escola é uma instituição social que, ao mesmo tempo em que reproduz as estruturas de dominação existentes na sociedade, constitui-se num espaço onde se pode lutar pelas transformações sociais. Como assinala Jennifer Gore (1996, p. 169), “no âmbito local sempre é possível fazer algo, ou seja, conseguir espaços de liberdade para atuar”.

2.2.2 Educação Física

Assim como as modalidades e níveis de ensino, as diversas disciplinas escolares têm suas particularidades. A Educação Física Escolar não é diferente. Nas aulas de Educação Física, dependendo da visão de mundo, de sociedade e de Educação do/a educador/a, existem relações sexistas. Estas relações não podem ser reforçadas, tanto na aula quanto nas demais relações entre os/as educandos/as e a sociedade.

Entendemos, assim como Sueli Lopes, Viviane Caron e Regina Costa (2006, p. 75) que a “Educação Física enquanto prática pedagógica pode ser considerada como uma atividade em que o conteúdo oculto é tão importante quanto o manifesto”. A visão de mundo e de Educação do educador é que define sua prática. E essa prática define a formação do educando, assim como desempenhará seu papel na sociedade.

Valter Bracht (1992, p. 58) diz que “a Educação Física desde a década de 30 (...) tem cumprido o papel de reforçar a estereotipação do comportamento masculino e feminino”. Os movimentos renovadores que surgiram nas décadas de 70 e 80 tentam refletir este panorama. Entre as produções teóricas da época, está o Coletivo de Autores que afirma que

o conhecimento tratado na escola é colocado dentro de um quadro de referências filosóficas, científicas, políticas e culturais. A essa construção teórica dá-se o nome de paradigma. De diferentes paradigmas, portanto, resultarão diferentes práticas pedagógicas. (1992, p. 49)

Compartilhamos da abordagem Crítico Superadora da Educação Física por ter, na cultura corporal, temas que “trabalhados na escola, expressam sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62). Ao trabalhar os temas da cultura corporal

(jogo, esporte, ginástica, dança, entre outros), segundo o Coletivo de Autores, vemos a interdependência que tem com os

grandes problemas sócio políticos atuais como: ecologia, papéis sexuais, saúde pública, relações sociais do trabalho, preconceitos sociais, raciais, da deficiência, da velhice, distribuição do solo urbano, distribuição de renda, dívida externa e outros. A reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar o aluno da escola pública entender a realidade social interpretando-a e explicando-a a partir dos seus interesses de classe social. Isso quer dizer que cabe a escola promover a apreensão da prática social. (*ibid.*, p. 62-63)

É papel da escola a formação de um/a educando/a crítico/a, consciente de sua prática social. Isto deve acontecer em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando suas particularidades. Na Educação de Jovens e Adultos não pode ser diferente. O/A educando/a, que já inserido no contexto sexista da sociedade, deve ter uma formação superadora da ordem posta socialmente. A educanda-trabalhadora deve tomar consciência de sua condição de mulher-oprimida e buscar sua libertação. Nesse sentido, a Educação Física pode contribuir com a busca desta libertação, por exemplo, na construção de um projeto político pedagógico coerente com a equidade nas relações entre gêneros e superando a “masculinização” presente nos materiais didáticos, linguagem, metodologia, didática, conteúdos, relações, espaços ocupados, etc. superando a relação sexista hegemônica na Educação.

2.2.3 Educação Sexista e Não-Sexista

Fazer uma Educação sexista ou não-sexista depende da visão de mundo e de educação do/a educador/a. Buscar alternativas metodológicas que não reforcem a opressão do feminino, assim como garantir uma formação na busca pela superação do que está posto na sociedade, é fundamental para construção da equidade nas relações entre gêneros.

No dia 21 de Junho é comemorado o Dia Internacional de Luta por uma Educação Não-Sexista, onde sindicatos e movimentos populares têm ações educativas com uma perspectiva de justiça nas relações entre gêneros. Entendemos, assim como Maria Rosa Kunzle, que Educação sexista

é a prática pedagógica que reforça os comportamentos discriminatórios e preconceituosos, perpetuando a visão patriarcal do mundo. Se homens e mulheres são nascidos iguais como seres humanos, tornam-se desiguais socialmente. E à mulher coube o papel desfavorável, sutilmente construído através dos séculos e transmitidos pelo processo educativo que, iniciado na família, é reforçado na escola, nos meios de comunicação, na religião e em todos os instrumentos de socialização. (2007, p. 02)

O sexismo de acordo com Regina Costa e Rogério Silva (2002, p. 47) “enquanto uma das dificuldades imposta pela sociedade, pode ser superado”. É necessário buscar esta superação visando à justiça nas relações entre gêneros, pois “o sexismo constitui (...) uma importante ameaça à democratização da sociedade porque exclui, discrimina e limita a participação das pessoas em função de seu sexo” (UM POUCO, 2007, p. 01). Para visualizarmos melhor como o padrão de Educação sexista está presente nas escolas, é essencial analisarmos os livros didáticos disponíveis nas escolas, livros estes que reproduzem preconceitos entre gêneros. Também podemos observar estereótipos de gênero nas relações entre educadores/as e educandos/as, didática, metodologia, conteúdos, espaços ocupados.

Regina Costa e Rogério Silva assinalam que

a escola como instituição produz e reproduz um sistema distinto com relação ao sexo, de modo que, existem evidências de uma cultura sexista no sistema educacional. É importante descobrir que a cultura masculina não é a única referência para as meninas, mulheres, meninos e homens e, reconhecer que a cultura desenvolvida pelas mulheres constitui referentes distintos que pode proporcionar a meninos e meninas uma educação que atenda suas necessidades, desejos, inquietudes, etc. (...) Contudo, a escola mista, em busca de igualdade, passa a tratar meninos e meninas da mesma forma, uniformizando-os/as sob o ponto de vista androcêntrico. Além disso, proporciona às meninas e aos meninos a igualdade de acesso, mas não possibilita a igualdade de atenção, oportunidades de participação,

aprendizagem e escolha de atividades. Meninas e meninos são prejudicados com a implantação do modelo masculino, mas as meninas são atingidas mais amplamente no seu desejo de aprender e participar. (2007, p. 02)

O/a autor/a assinalam que a escola ao lidar com a Educação *dos* sexos e *entre* os sexos parte da escola co-educativa que trata da dupla socialização modificando radicalmente as relações, didática, conteúdo, linguagem, textos escolares como instrumentos pedagógicos, etc. Esta é uma Educação não-sexista e para que possa ser efetivada necessita que os/as docentes reconheçam atitudes, gestos, comportamentos praticados inconscientemente para modificar sua prática pedagógica com meninos e meninas.

Nesse sentido, ressaltamos que a escola co-educativa considera três aspectos fundamentais para a efetiva transformação das relações de gênero: a igualdade de oportunidades, a diversidade e a eqüidade. a) A igualdade de oportunidades – que não é sinônimo de igualdade de acesso. Para que as meninas e os meninos tenham a igualdade de oportunidades é necessário que tenham, antes de tudo, a possibilidade de escolher; b) Diversidade - entende que as meninas e os meninos não são iguais, e valoriza-se cada um enquanto ser único, promovendo a existência a partir da sua diferença; c) Eqüidade – para que haja eqüidade, que não é um acordo entre desiguais, são respeitadas as características únicas de alunos e alunas. Regras, métodos, conteúdos, etc. não atendem às necessidades de todos/as. Portanto, é necessário *olhar bem* para detectar a necessidade das meninas, meninos, homens e mulheres.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi desenvolvido através de revisão bibliográfica. Inicialmente foi feita uma seleção das obras e artigos referentes à temática de gênero presentes na sociedade tanto nos espaços formais como não formais, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Na seqüência foram redigidos os fichamentos das obras para organizar as idéias sobre o estudo em questão. Com a estrutura do trabalho, organizamos os capítulos de revisão de literatura do seguinte modo: a introdução, além de trazer as justificativas deste trabalho e a problemática formulada, traz questões norteadoras que ajudam na reflexão desta problemática; a fundamentação foi dividida em duas partes para melhor compreensão. Na primeira o conceito de gênero é debatido, fazendo sua distinção de sexo, a sua relação com a luta contra opressão patriarcal, as convenções do que é masculino e feminino e a condição da mulher trabalhadora. Na segunda parte o conceito de Educação é analisado, trazendo o recorte proposto no trabalho, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Física e suas relações com o gênero. Traz também a discussão de Educação sexista e não-sexista, tão pertinente para compreensão da temática aqui exposta.

4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES

“Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade explorada que os criou e educou. É contra ela essencialmente que mulheres e homens unidos devem combater.”

(Samora Machel)

Ao pensarmos nas definições de gênero tratadas nesse trabalho, devemos ver que homens e mulheres não podem lutar por igualdade plena, já que não são iguais. Contudo, temos que considerar que existe a diferença biológica, que não deve ser negada. Esta diferença nos torna únicos. O que estamos dizendo é que ninguém pode ter privilégios por sua condição de homem ou mulher. Deve haver sim uma igualdade de acesso e oportunidades, sem opressores/as e oprimidos/as, que nesse trabalho chamamos de equidade.

Não devemos pensar nos oprimidos tornando-se opressores e vice-versa. Não queremos que a mulher queira destituir o homem do seu papel de opressor e o substitua, isto é, tome seu lugar. Acreditamos que a superação desta condição de desigualdade de direitos entre gêneros será conseguida a partir do momento em que os/as oprimidos/as tomem consciência desta condição e se libertem. Nessa libertação, que os opressores também se libertem. Devemos superar o pensamento androcêntrico reforçado nas relações entre gêneros patriarcal, que é a “visão de mundo baseada no gênero masculino, em que a sociedade é vista apenas a partir de uma perspectiva, a masculina.” (Andréa Scheschowitsch, 2002, p. 17).

A educanda da Educação de Jovens e Adultos, além de sentir o preconceito por sua condição de mulher no ambiente familiar, acaba sentindo também no social, profissional e culturalmente. Ela está inserida no mercado de trabalho, sendo explorada, tendo dupla ou tripla jornada e ganhando menos que os homens pela mesma função. A falta de equidade, já sentida por esta educanda, está posta na

sociedade. Na Educação Física esse processo não pode se repetir nem ser reforçado. O/A educador/a, quando sua visão de mundo e seu compromisso estão relacionados com a transformação social, deve estar atento na elaboração de suas aulas para que o sexismo não seja produzido e reproduzido, que os/as educandos/as tenham a possibilidade de conscientização e superação da ordem hegemônica.

Selma Schons afirma que:

ao evidenciar-se a opressão, algumas pessoas se retraem e, de forma consciente ou não, dizem (...) que não dá para mudar. Esta realidade faz parte da cultura de quase todos os povos, mas, felizmente, muitas outras pessoas, mulheres e homens, lutam para que as relações sejam mais igualitárias e democráticas, garantindo oportunidades para que, todas as pessoas, independentemente de sexo, possam desenvolver plenamente todas as suas potencialidades. Diferenças de corpo, sejam elas sexuais, raciais ou de idade, não podem servir de justificativa para as desigualdade, opressões, discriminações e injustiças. (2004, p. 07-08)

Não podemos nos retrair frente à opressão. Homens e mulheres devem lutar juntos por relações igualitárias e democráticas entre gêneros. Há que lembrar que os homens que não se adequam a masculinidade hegemônica também são discriminados.

Acreditamos que a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos pode contribuir na equidade de gênero devido à exposição do corpo ao próximo e ao ambiente, e por existir a reprodução de valores inculcados e enraizados historicamente nas pessoas. O/a educador/a, a partir de seus objetivos (que estão diretamente relacionados com sua visão de mundo, de sociedade e de Educação) tem a possibilidade de trabalhar esta temática, incluindo-a no projeto político pedagógico da escola, no seu plano de ensino e na busca da superação do sexismo presente em diversos materiais didáticos, nos conteúdos, na didática, nas metodologias, na linguagem, nas relações, no conteúdo, etc. O/A educador/a deve estar atento a sua prática, pois seu discurso não pode estar distante de sua prática.

O projeto político pedagógico da escola, o plano de ensino e os planos de aula não são meros documentos burocráticos, mas sim a elaboração sistemática dos objetivos da escola e do/a educador/a. Estes devem ser concretizados na prática, pois refletem a visão de sociedade e de Educação proposta aos/as educandos/as, que não deve reforçar a desigualdade e a injustiça.

Trabalhar a partir da concepção da Pedagogia Crítico Superadora, independente do nível e modalidade de ensino, mas respeitando suas particularidades, pode ser um início para o/a educador/a que tem como visão de mundo a transformação e reconstrução desta sociedade, tornando-a mais justa e igualitária no que tange a equidade de gêneros.

Não queremos aqui colocar um ponto final, pois acreditamos que a temática trabalhada nesta monografia não se esgotou. As demais áreas de conhecimento, além da Educação Física, podem buscar a compreensão das relações entre gêneros presentes também em outros níveis de ensino. Esta compreensão pode ser fundamental não só para melhorar a relação pedagógica, mas também para a reconstrução e transformação da sociedade, sociedade esta que hoje é pautada na relação patriarcal, sexista e que tem a mulher, na maioria das vezes, na condição de oprimida nas relações entre gêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Tradução: Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artmed, 1989.

BALL, Stephen J. **La micropolítica de la escuela. Hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós, 1994.

BORDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRACHT, Valter. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 40/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Maria Regina Ferreira da; SILVA, Rogério Goulart da. A Educação Física e a Co-Educação: Igualdade ou diferença. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 23 n. 2 p. 43-54 jan. 2002.

COSTA, Maria Regina da; SILVA, Rogério Goulart da; SOUZA, Raphael Fabrício de. Educação Física em Contextos Educativos: Relações de gênero nas aulas de Educação Física. In. NÓBREGA, Terezinha Petrúcia da (Org.). **A educação física no ensino fundamental (5^a a 8^a series)**. Natal: Paidéia, 2005. p. 80-90.

COSTA, Regina; SILVA, Rogério. Diferença sexual: problema feminino e masculino. No prelo, 2007.

CUNHA, Elaine Barros. Educação não-sexista. **30 de Agosto Especial**. Curitiba, p. 04, 21 de junho de 2007.

DAÓLIO, Jocimar. **Da Cultura do Corpo**. Campinas: Papyrus, 1995.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica del Poder**. Madrid: La Piqueta, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GORE, Jennifer M. **Controversias entre las pedagogías. Discursos críticos y feministas como regímenes de verdad**. Madrid: Morata, 1996.

JACQUARD, Albert **Yo y los demás. Iniciación a la genética.** Barcelona: Paidós, 1988.

KUNZLE, Maria Rosa Chaves. Por uma educação não-sexista. **30 de Agosto Especial.** Curitiba, p. 02-03, 21 de junho de 2007.

LOPES, Sueli; Caron, Viviane; COSTA, Maria Regina Ferreira da. Educação Física em contextos educativos: experiência na escola. In: **III Congresso Brasileiro de Formação de Professoras e Professores, 2006.** III Congresso Brasileiro de Formação de Professoras e Professores. Sertãoópolis: Grafcel, 2006. v. 1. p. 75-77

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MARTHE, Marcelo. O macho não é mau. **Sala de Aula.** São Paulo, n. 02, p. 7-9, jul. 2006.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** 4 ed. Maceió: Edufal, 2006.

MURARO, ROSE MARIE. **A mulher do terceiro milênio.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

NAVARRO, Rodrigo Tramutolo. **A formação da identidade de gênero: um olhar sobre a Educação Física.** Disponível em http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/R/Rodrigo_Tramutolo_Navarro_07_B.pdf Acesso em: 15 de novembro de 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: Novos leitores, Novas Leituras.** Campinas: Mercado das Letras, 2001

PÉREZ de LARA, Núria. **Feminismo, multiculturalismo y Educación Especial.** *Cuadernos de Pedagogía* nº 253, p. 86-91, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96).** Brasília: Centro Gráfico, 1997.

RIVERA GARRETAS, María M. **El fraude de la igualdad.** Barcelona: Planeta, 1997.

SCHESCHOWITSCH, Andrea. **Aulas mistas na educação física escolar – um estudo de caso.** Monografia apresentada à UFPR. 2002.

SCHONS, Selma. **Mulher: Organização é o Caminho.** Brasília: Secretária Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2004.

UM POUCO de história. **30 de Agosto Especial.** Curitiba, p. 01, 21 de junho de 2007.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero na escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

VICÁRIA, Luciana. O que elas têm na cabeça. **Época na escola**. São Paulo, n. 03, p. 41-43, ago. 2006.